

CENTRO E PERIFERIA NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

MARIA TERESA MICELI KERBAUY

CENTRO E PERIFERIA NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

MARIA TERESA MICELI KERBAUY

Trata-se de uma coleção de ensaios relacionados com os seminários do Primeiro Curso de Atualização para Professores de Ciências Sociais, realizado em Belo Horizonte em julho de 1972, organizado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em convênio com Capes (Miniplan).

Os textos elaborados por professores responsáveis pelo curso, tem como elo condutor de análise as variáveis: extensão geográfica e volume demográfico, e suas consequências no desenvolvimento brasileiro.

O livro está composto pelos capítulos: "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia" — por Antonio Octávio Cintra, "Um enfoque teórico do regionalismo" por Simon Schwarzaman, "Migrações internas no desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico comparativo" por Jorge Balán, "Solidariedade, interesses e desenvolvimento político: um marco teórico e o caso brasileiro" por Fábio Wanderley Reis, "Sobre a dinâmica de crescimento da economia industrial subdesenvolvida" por Edmar Lisboa Bacha.

O ensaio de Antônio Octávio Cintra enfoca especificamente o problema das relações entre centro e periferia, supondo uma dinâmica entre os dois, e tomando como ponto de referência as coordenadas: poder central e poder local, expansão

(*) BALÁN, Jorge (org.) — *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro* - Textos de Antonio Octávio Cintra, Simon Schwartzaman, Jorge Balán, Fábio Wanderley Reis e Edmar Bacha - 251 pg. - Difusão Européia do Livro - Coleção Corpo e Alma do Brasil - SP - 1974.

do poder público e retração paulatina do poder privado, política nacional e política municipal.

Apesar de constantemente recorrer a Victor Nunes Leal e outros clássicos em estudos deste gênero, apresenta uma contribuição inovadora à análise do fenômeno do coronelismo, definindo-o como uma “transigência mútua entre o poder privado em declínio, porém ainda forte, e o poder dos governos nacionais, que paulatinamente se consolidava, e o dos partidos políticos” (pg. 42-43), enfatizando constantemente o regionalismo e suas conseqüências para a política nacional.

Segundo o autor, no problema do coronelismo está presente a idéia de mediação entre instituições políticas do “centro” e populações locais, levando-se em conta o ‘contexto mais amplo no qual os arranjos se formam’. Para tanto realiza um levantamento histórico, tentando mostrar como as interrelações acontecem.

Proclamada a Independência cria-se o “Império Brasileiro”. “O arranjo político imperial, gradativamente sedimentado, expressava relações peculiares do “centro” com a “periferia”. A classe senhorial, em suas parcelas mais conscientes e politicamente articuladas, como o coloca V. N. Leal, esposando tese de Hermes Lima, se dá conta de que, “num país como o nosso de características geográficas e econômicas tão diversificadas, se as províncias fossem dotadas de amplos poderes, poderia suceder que em algumas delas o trabalho livre pusesse termo à escravidão” (p. 33), estando portanto a centralização político-administrativa do império, diretamente vinculada à continuidade do trabalho escravo. A autonomia provincial não acontecia em decorrência da interferência possível, na extinção do trabalho escravo. Esta correlação é muito precária e não resiste a uma crítica mais violenta.

“Os municípios e as províncias deviam estar muito bem atrelados ao centro, onde, em conjunção com os interesses da burocracia imperial, os interesses agrários se representavam defendidos no fundamental mas subjugados no acidental. O acidental eram as veleidades autonomistas e de fortalecimento dos poderes locais, através de eleições, tributação, força policial e administração” (p. 35).

A república se dá graças à vinculação de interesses entre a cafeicultura paulista em expansão, cujos membros foram marginalizados do comando governamental monárquico, juntamente com o Exército, que se fortalecera durante a Guerra do Paraguai, mas mesmo assim continuava desempenhando um papel secundário no Império. Os militares vão ocupar o poder apenas durante um breve período do regime republicano, cedendo-no posteriormente aos civis.

“O federalismo republicano respondia, em grande parte, as demandas da nova classe cafeicultora. Essa camada, antes amarrada pelas instituições imperiais, vê abertos novos canais de defesa de seus interesses com a maior autonomia dos Estados, aos quais se permitia contrair empréstimos externos, ter forças mili-

tares próprias e valer-se do imposto sobre as exportações de importância não desprezível nos Estados exportadores como São Paulo. Uma vez abolida a escravidão, mesmo os Estados não ligados à produção cafeeira não viam através de seus grupos dominantes necessidade de um centro nacional forte. Os novos arranjos lhes eram até convenientes, pois lhes davam carta branca na manutenção das situações reinantes localmente nos planos político, econômico e social' (p. 36).

Estruturaram-se como traços básicos do sistema político a "constituição das oligarquias" e a institucionalização do fenômeno do coronelismo, ou seja, o pacto do poder público, através das elites que o manipulam, com os chefes do interior, controladores e fornecedores dos votos de seus redutos locais" (p. 38).

A República Velha cai minada pelas disputas regionais entre os grupos que disputavam a hegemonia, e porque a estrutura institucional não satisfazia aos grupos urbanos emergentes. "Presenciou-se, a partir de então, o reforço do Estado central de sua burocracia civil e, principalmente militar. Cresceram as cidades diminuindo, aos poucos, o peso avassalador do voto rural. Contudo, se, no interregno do Estado Novo, o voto rural perdeu significado, ressurgiu, a partir de 1945, ainda decisivo para as eleições em todos os níveis de governo" (p. 40-41).

"O coronelismo encontrou condições de permanência em algumas regiões em forma bastante residual e adaptada aos novos contextos de urbanização, migrações, aparecimento de indústrias, em outras, perdendo decididamente terreno para o voto populista. Mas em ampla parcela do território nacional, onde ainda remanescem formas arcaicas de exploração da terra e dominação social, continua vivo até os dias de hoje, como atestam, vez por outra, os noticiários de imprensa, mormente nas épocas de eleição" (p. 41).

"Sobreviveram muitos dos mecanismos conservadores ou promotores das desigualdades regionais, entre as regiões centrais e as periféricas, e remanescem, em localidades e regiões, elites, com suas clientelas, que se beneficiam da estagnação local" (p. 67).

A centralização política advinda após 1964, trouxe como consequência o enfraquecimento do legislativo frente ao executivo, supressão das eleições para cargos fundamentais, exterminou também os mecanismos que alimentavam o coronelismo e as mediações políticas.

"As mudanças ao nível das instituições políticas centrais após 1964 arrebatarem dos chefes municipais e elites estaduais o trunfo político residual de que dispunham para barganhar, com o centro, ou seja, os votos para a formação de maiorias no legislativo e, ainda que em menor medida, nas eleições presidenciais' (p. 71). O que se deve realçar é que, até 1964, ainda que em declínio, a política do coronelismo contava na balança de poder. Hoje, isso se dá apenas residualmente.

Simon Schwartzman retoma o problema das formas de povoamento e de organização rural, tentando construir uma teoria com base no caso brasileiro, mas fugindo da explicação histórica. Analisa a diferença regional no Brasil como um 'caso dentro do conjunto de problemas de integração política do espaço nacional e dos grupos nele localizados distintamente' (p. 21). Refere-se à maneira pelas quais os grupos na sociedade são ou não convocados, e têm ou não reconhecidos os seus direitos de participação no processo de distribuição da riqueza.

Enfoca principalmente o problema da organização política regional... não apenas que a análise dos subsistemas regionais forneça uma melhor compreensão do sistema nacional, mas também, que o sistema nacional não pode ser entendido de maneira adequada, sem seus componentes regionais' (p. 21).

Jorge Bálán trata das correntes migratórias no Brasil, realizando um estudo histórico desta situação e relacionando-o com os casos argentinos e mexicano. O esquema interpretativo está baseado na formação de estruturas capitalistas, mais especificamente, do trabalho assalariado, no centro econômico nacional, irradiando-se para as periferias, e a formação do Estado Nacional, a partir de um centro político que se expande e debilita o poder local e as oligarquias regionais' (p. 22). Como o próprio autor confessa os dados e as interpretações não possuem nenhuma originalidade, constituem-se apenas numa tentativa de análise dos três casos, dentro de uma síntese global do período estudado.

Os artigos de Fabio Wanderley Reis e Edmar Lisboa Bacha enfatizam mais os aspectos teóricos da análise do "processo de estruturação do Brasil contemporâneo."

O primeiro parte para a análise do desenvolvimento político, tentando estabelecer as formas de solidariedade pelas quais a política se torna um jogo de interesses e não a guerra de todos contra todos." Para ele, o problema do desenvolvimento político tem como base tornar viável a coexistência não beligerante ou violenta de interesses diversos ou de núcleos solidários particulares, através da instauração de alguma forma de solidariedade mais ampla de base territorial (p. 25).

O artigo de Bacha está apenas indiretamente ligado ao tema tomado como elo condutor dos textos ou seja, tamanho e desenvolvimento no Brasil. Refere-se à industrialização das economias subdesenvolvidas partindo para a formalização e construção de um modelo baseado nas propostas dos vários autores modernos, principalmente Celso Furtado, que discutem as tendências atuais do desenvolvimento brasileiro. "Essencialmente, tal modelo é uma alternativa ao diagnóstico da estagnação, em moda na maior parte da década de 60. As versões mais usuais do diagnóstico situavam pontos de estrangulamento tais como rigidez do setor agropecuário e debilidade do mercado interno, sugerindo a inevitabilidade de mudanças profundas — reforma agrária, redistribuição do poder e da renda — para romper tais barreiras" (p. 27).

“A expansão da fronteira e a reação da agricultura tradicional aos estímulos do mercado, bem como a modernização tecnológica e a capitalização de setor reduzido da mesma demonstraram a capacidade de crescimento da agricultura brasileira sem modificação básica na estrutura social agrária predominantemente, pelo menos a curto e médio prazo. A concentração da renda, por outro lado, favorece o crescimento acelerado da indústria embora restrinja o consumo generalizado de produtos manufaturados, já que, embora minoritária, a massa consumidora de bens de consumo durável é grande e se expande” (p. 27).

Os artigos se constituem numa das poucas tentativas no Brasil, de contribuir para o estudo dos regionalismos políticos. No entanto esta tentativa não se completa, pois as análises efetuadas repetem basicamente a bibliografia conhecida não acrescentando nenhuma perspectiva inovadora.